

Modernidade, Noite e Poder : Porto Alegre na Virada para o Século XX

*Núncia Santoro de Constantino**

A investigação histórica do tempo noturno revela as grandes transformações pelas quais passaram as cidades brasileiras, no último quartel do século XIX. Também em Porto Alegre assistiu-se à implantação de padrões culturais urbanos, influenciados pela Europa. Buscavam-se cenários e personagens adequados à nova imagem da cidade, incluídas as inovações em termos de sociabilidades noturnas. E o poder público esteve sempre presente, impondo ordem nesta coreografia, a partir de um ponto de vista excludente. Em outras palavras, a noite não poderia ser de todos.

Processo de modernização

O Rio Grande, no final do século XIX, contava cerca de 900 mil habitantes, sendo que a maioria ainda vivia na zona rural. Mais de 60% desta população concentrava-se na depressão central, sendo Porto Alegre o principal escoadouro de sua produção.

A importância mercantil da cidade de Porto Alegre já era grande em 1858, quando foi criada a *praça do Comércio*. O sistema ferroviário, implantado a partir de 1890, aproximaria mercados, facilitando o escoamento da produção. Assinala Singer que, na última década do século XIX, o principal centro industrial desloca-se do eixo Rio Grande-Pelotas para Porto Alegre. Acrescenta este autor que a evolução da cidade, depois de 1850, é consequência da colonização alemã, não apenas pelo intercâmbio comercial com as colônias, mas porque o capital acumulado através do comércio “passa a

* Doutora em História, Professora do Curso de Pós-Graduação da PUC-RS.

ser investido em indústrias e em empreendimentos comerciais de maior fôlego”. Fato é que, em 1907, a produção industrial do Rio Grande do Sul seria equivalente à de São Paulo.¹

Já na década de 1870, apareceram na cidade nítidos sinais de modernização. Foram introduzidos os bondes com tração animal e a iluminação pública a gás; a praça da Matriz foi embelezada, com os edifícios da Câmara e do Tribunal de Júri formando harmonioso conjunto com o *Theatro São Pedro*. A Companhia Telefônica, fundada com capitais rio-grandenses, inaugurou seus serviços em 1886.

Porto Alegre crescera muito na segunda metade do século XIX; entre 1872 e 1920, a população quase quadruplicou. Um fator fundamental deste crescimento foi a imigração urbana, sobretudo com o ingresso de contingentes constituídos por italianos. A cidade torna-se então uma confluência cultural, também como resultado dos intercâmbios entre diferentes grupos humanos, constituídos por elementos atraídos pelas possibilidades que ela oferece.

Escreve Medeiros: “... as inovações lançadas pelo surto de crescimento urbano provocado pela industrialização em marcha vieram produzir efeitos sobre as cidades gaúchas, as quais, como as de todo o Brasil, estiveram tão ligadas aos países europeus”.²

Aparecera a idéia de cidade como estilo de vida, assistindo-se à implantação de padrões culturais influenciados por imagens européias. Porto Alegre, que nas origens apresentou características luso-brasileiras, também fora atingida por influências que se traduziram em efeitos cosmopolitas, a exemplo de outras cidades brasileiras e mesmo gaúchas.³

Cidade moderna

O amplo desfrute do tempo noturno é novidade que se origina no século XIX, com o crescimento e a urbanização das cidades. Na *cidade moderna* desenvolve-se uma cultura pública, que Sennet define como decorrência da linha divisória entre o *público* e o *privado*. Tornava-se necessá-

¹. Paul Singer, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, São Paulo, Nacional/Ed. da Universidade de São Paulo, 1968, p. 105.

². Laudelino Medeiros, “As cidades”. In Alda Cardoso Kremer et al., *Rio Grande do Sul: terra e povo*, Porto Alegre, Globo, 1969, pp. 41-5.

³. Idem, *O processo de urbanização no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Faculdade de Filosofia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1959.

rio encontrar imagens e experiências para evidenciar a oposição que se percebia entre natureza e cultura, esta identificada com o público.⁴

Pensar a *modernidade* é apontar para formas de pensar e de viver. Benjamin esclarece a estreita relação entre dois temas: cidade e modernidade, que analisa em Baudelaire. A *cidade moderna* fica então imaginada a partir da matriz parisiense. A capital da França, no século marcado pelas máquinas, era a configuração da grande cidade moderna, a começar pelos resultados de reformas urbanísticas. Substituídas as estreitas passagens medievais por avenidas, a cidade passou a ser representada por bulevares, onde se flanava e se desfrutavam atrações urbanas, como cafés e confeitarias.

Os homens aprendiam a estar sós na multidão, familiarizados com o rumor trepidante. São por demais conhecidos e mencionados os textos de Benjamin que apontam para Baudelaire como exemplo da *modernidade avassaladora*, em cuja infância implantou-se a iluminação pública a gás em Paris, e que assistiu quando a primeira lâmpada foi acesa nas galerias.⁵

Inaugurou-se em Porto Alegre, no ano de 1874, a iluminação pública pelo sistema de gás hidrogênio, com 500 combustores, a maioria instalada na área central da cidade, que representaria o cenário da noite.

Descoberta da noite

Antes disso, a noite era praticamente interdita. Além da escuridão, havia o toque de recolher. Às 21 horas no inverno e às 22 horas no verão, soavam os sinos da Matriz, por ordem da Câmara, que nem sempre era obedecida.

Logo após a pacificação da província, em 1845, queixavam-se os moradores das adjacências de um bordel, porque a casa “tem quarto ocupado para fins indecentes e desonestos que bem incomodam a vizinhança”.⁶ Na década seguinte, os bordéis continuavam “ofendendo a moral pública”, como aquele que se localizava no famigerado Beco do Fanha, onde trabalhavam seis meretrizes.⁷

O Professor Coruja, cuidadoso observador, quase esqueceu a noite em suas *Antigualhas*, memórias referentes à primeira metade do século XIX.

⁴. Richard Sennet, *O Declínio do Homem Público. As tiranias da intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

⁵. Walter Benjamin, *Poesia y capitalismo: iluminaciones*, vol. 2, Madri, Taurus, 1965.

⁶. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, *Processo 715*, p. 9, est. 10, 1845.

⁷. Idem, *Processo 946*, p. 27, maço 32, est.10, 1858.

O que não esqueceu foram os curiosos nomes de mulheres que à mesma noite são associadas.⁸ Uma dezena de mulheres que desafiavam regulamentos e incitavam à rua, na noite que continuava proibida.

Chamou a atenção de Hörmeyer, mercenário alemão que visitou Porto Alegre em 1858, a inconveniência dos espetáculos pirotécnicos diurnos. Registrou que não havia na cidade “teatros, *soirées*, círculos, cassinos e harmonias”, assim como “qualquer tipo de entretenimento noturno”.⁹ Não teria sido convidado para os saraus privados, como acontecera com alguns viajantes estrangeiros.

Mas no terceiro quartel do século XIX, novas formas de diversão noturna tornam-se freqüentes, ao lado de serenatas que começavam nas alamedas das praças recém-*aformoseadas*. Imigrantes alemães fundaram sociedades recreativas que somaram às antigas *bailantas* e que passaram a promover *kerbs*. Estas festas estendiam-se durante o final da semana, incluídas as noites. Foram também os alemães que promoveram e popularizaram reuniões masculinas que começavam ao entardecer. Na Azenha, o velho Obst criou lugar de diversão onde se jogava bolão, consumindo-se cerveja com muita cantoria, enquanto a noite avançava. Os *recreios* se multiplicavam, assim como os bares típicos: Westphalia, Limburgo, Bierstuben.

Nos primeiros hotéis da cidade surgiram restaurantes que foram muito prestigiados, oferecendo bebidas e cardápios importados. Apareceram muitos outros restaurantes para clientela de *escol*, mas a grande novidade aconteceu *Au Prôvot*, com ceia em companhia de alegres mulheres, principalmente estrangeiras, atraídas pelas oportunidades que a cidade passara a oferecer.¹⁰

Antes o que havia eram casas de pasto ou tavernas. Coruja foi também capaz de lembrar os apelidos dos poucos taverneiros do seu tempo: Grumatã, Angolista, João Marinheiro, Compra-Bicos, Manuel Beribéri, Zé das Negras, Manuel das Mulatas. No início do período republicano contou-se por centenas os estabelecimentos do gênero. Registraram-se 316 tavernas, 38 botequins, cafés e restaurantes, 10 quiosques.¹¹

⁸. Antonio Álvares Pereira Coruja, *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*, Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1983.

⁹. Joseph Hörmeyer, *O Rio Grande do Sul de 1850*, Porto Alegre, Luzzato/Eduni-sul, 1980, p. 75-6

¹⁰. Núncia Santoro de Constantino, “A conquista do tempo noturno: Porto Alegre ‘moderna’”, *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XX, Porto Alegre, PUCRS, n.º.2, pp. 65-84, dezembro, 1994.

¹¹. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, vol. XXXIV, Rio de Janeiro, IBGE, 1959, p. 68.

Transformava-se portanto a noite, cada vez melhor iluminada. Em 1870 só havia o Café da Fama, muito mal-afamado. No final do século, inúmeros cafés, como o Java, América, Roma ou Guarani são pontos chiques, com mesas disputadas. Os cafés-concerto também não são mais novidade. Em 1874 atuou em Porto Alegre a Companhia de Madame Belloni; diz-se na imprensa que o espetáculo revolucionou a cidade, ansiosa por conhecer este gênero parisiense.¹²

Apareceram as confeitarias que começaram a atrair prendadas senhoras e senhoritas, finos ornamentos da melhor sociedade gaúcha. Afinal, em França, já estava cunhada a expressão *Tout-Paris*, difundida pela imprensa, que constrói imagem da *mondanité*, aproximando salões e bulevares, apresentando esta *mondanité* como espetáculo diante de um vasto público anônimo, como lembra Fugier.¹³

O centro era o espaço das sociabilidades públicas. Intensificava-se a urbanização com melhoramentos nos equipamentos urbanos e, até mesmo, produziam-se novos espaços à beira do Guaíba, que aumentavam este centro.¹⁴ Muito antes que uma reordenação global da cidade fosse iniciada, fez-se da rua da Praia o principal boulevard.

A cidade crescia depressa. Do interior chegava a rapaziada de elite, que abandonou botas e esporas, calçando polainas para freqüentar as novas faculdades, nos intervalos da noite. A boemia já era prática assumida, como afirma Maronese.¹⁵

Tudo isso refletia o civilizado, o *chic*.

Mas as rápidas transformações sociais apontavam também para riscos. O meio urbano encontrava-se excessivamente confuso e demandou urgente organização.

Cidade desordenada

O exemplar de um jornal satírico, em 1878, estampa charge em que se percebe grupo de pequeninos e maltrapilhos homens, assediando um

¹². Athos Damasceno, *Imagens sentimentais da cidade*, Porto Alegre, Globo, 1940, p. 283.

¹³. Anne Martin-Fugier, *La vie élégant ou la formation du Tout-Paris (1815-1848)*, Paris, Fayard, 1990, p.25.

¹⁴. Luís Felipe Escosteghy, *Espaços centrais à beira-rio em Porto Alegre*, Porto Alegre, PUCRS, dissertação de Mestrado, 1993.

¹⁵. Luís Antônio Gloger Maronese, *Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da "vida pública" porto-alegrense entre 1890 e 1930*, Porto Alegre, PUCRS, dissertação de Mestrado, 1992.

empertigado transeunte. Traz como legenda: “Os vendedores de loteria chegam aos bandos da Calábria e assaltam o povo. Onde está a polícia que não vê essa invasão de gafanhotos impertinentes?”¹⁶ No mesmo ano, são convocados para comparecerem à chefatura de polícia todos os elementos que vivessem da caridade pública. Receberiam ali uma matrícula, caso fosse comprovado estado de indigência. Os que não atendessem ao chamamento seriam considerados “vagabundos”. *O Mercantil* já anunciava, no mês de agosto, a prisão de um esmoleiro que exercia seu triste mister sem a devida licença.¹⁷

Examinando-se processos criminais da década de 1890, conclui-se sobre o intenso aproveitamento do tempo noturno, assim como sobre o aumento da criminalidade na cidade que já dormia pouco. De 1893 a 1896, a cada seis processos que tramitaram no Tribunal do Júri, quatro estavam relacionados a delitos que tinham por cenário a noite.

Numa madrugada de fevereiro de 1893, Patrício, com 17 anos, teria assassinado Oswaldo, integrante do grupo de jovens embriagados que ameaçaram arrombar a casa da mãe do réu, Isabel, paraguaia, solteira, residente à rua Riachuelo. Em fevereiro de 1896, Vittorio, natural de Turim, empregado no vapor Garibaldi, foi um dos acusados pelas mortes de Augusto e Giovanni, operários, em briga de botequim, à rua Clara, onde houvera danças, carteados e muita bebida. Dias depois, em baile que se realizava na Floresta, o menor Henrique fora agredido por indivíduo embriagado que promovia arruaças. Em abril do mesmo ano, Antonio, empregado da Companhia de Fantoches, com 16 anos, arrombou de madrugada a porta de um armazém, roubou mercadorias e foi encontrado embriagado no telhado, ao amanhecer.¹⁸

Notícia *A Federação*, em 2 de janeiro de 1896, que Pedro Cândido promovia arruaças, às 10 horas da noite, armado com espada, tendo resistido à prisão. Na mesma noite, “desordeiros em número avultado e alcoolizados (...) prorromperam em algazarra atordoadora” na fábrica de vidro onde trabalhavam como operários; “(...) o mesmo magote assaltou o capitão Ricardo Heckmann, o qual vinha tranqüilamente para a cidade, montado em um velocípede”. Apontou-se Frederico Huelter como “(...) principal

¹⁶. *O Fígaro*, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Jornalista Hippolito José da Costa, pasta 1878.

¹⁷. *Ibid.*, pasta 1878.

¹⁸. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Tribunal do Júri.

motor de toda desordem (...), que se achava exaltadíssimo na sua embriaguez”. Antes que o mês de janeiro findasse, foi assaltado e morto Jordão de Miranda. O local do crime “(...) foi a já célebre Colônia Africana, fatídica paragem que quase não se passa uma semana em que não figure em letra de forma na imprensa, como lúgubre teatro de turumbambas e cenas de sangue”.¹⁹

Eram, portanto, tempos conturbados na cidade noturna, dando seqüência à violência que caracterizou o contexto político, na última década do século XIX.

Fundamentos do poder

O período correspondente à implantação do regime republicano no Rio Grande do Sul é caracterizado, prioritariamente, por conflitos de amplas proporções.

Com a ascensão do grupo político minoritário e o conseqüente alijamento dos gasparistas, o estado transformou-se em um modelo de republicanismo ideológico na federação brasileira. A Revolução Federalista, iniciada em 1893 e caracterizada pela extrema violência, sintetiza a amplitude dos conflitos político-ideológicos.

Desde a organização do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882, apontou-se para princípios norteadores positivistas. Tal característica “(...) deixou o PRR distante dos modelos paulista e carioca, malgrado Comte possuísse simpatizantes distribuídos em todo o país.”²⁰

A aprovação da Constituição Estadual, em julho de 1891, institucionaliza o comtismo. Após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, ocorre a efetiva difusão do positivismo, na “versão castilhista”. É o pensamento de Júlio de Castilhos, transformado em Patriarca, que se impõe como doutrina no PRR, antes que uma nova fase, sob Borges de Medeiros, estivesse marcada por relativo retorno às idéias comtianas, sublinhando o papel do Estado como agente regulador da economia e da sociedade.²¹

Sobrepondo-se a diferentes conjunturas, alguns pressupostos teóricos comtianos permaneceram enrijecidos, norteadores de toda uma ação

¹⁹. *A Federação*, 25 de janeiro de 1896, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Jornalista Hippolito José da Costa.

²⁰. Joseph Love, *O regionalismo gaúcho*, São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 30.

²¹. Nelson Boeira, “O Rio Grande de Augusto Comte”, in José H. Dacanal e Sergius Gonzaga (orgs.), *Rio Grande do Sul: cultura e ideologia*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, pp. 34-59.

política. O Positivismo, de alguma forma, imprimiu sua marca à sociedade gaúcha. Tanto que Simão de Mantua considerou o Rio Grande, ao tempo de Borges de Medeiros, “uma fantástica Comtelândia”.²²

Mas a importância do comtismo não esteve limitada à esfera política, como lembra Boeira. “Seu impacto foi igualmente significativo em várias áreas da vida intelectual(...)”; afetando o público em geral. O autor analisa influências na Economia, Medicina, Arquitetura e na Geografia. Assinala que, na literatura, o regionalismo afigurava-se como “compatível com o interesse do comtismo pela tradição, como com sua preocupação com a História e a Etnografia”.²³

Importante é destacar que um movimento regionalista desenvolvia-se. Oliven destaca o tipo representativo que foi se tornando caro à elite gaúcha, ou seja, “a figura do gaúcho com suas expressões campeiras, envolvendo o cavalo, o chimarrão.” Prossegue o autor, assinalando que o Grêmio Gaúcho, primeira agremiação tradicionalista, fundada em 1898, encarregou-se de manter tais tradições, auxiliando na construção de uma identidade que exclui, deixando de fora a maior parte dos grupos sociais rio-grandenses, assim como descartando a urbanização e a industrialização.²⁴

Comte acreditava que a época positiva estava por iniciar, o que só seria possível através de uma ditadura republicana, preparada para reduzir os fenômenos sociais a um conjunto de leis científicas. A ordem seria o fundamento do progresso social e, na interseção desta ordem e deste progresso, impunha-se a questão do trabalho, que recebeu tratamento prioritário. Morosini lembra que existiu no período borgista um verdadeiro “desejo de cristalização de uma ideologia de valorização social do trabalho”.²⁵ Dignificá-lo era fundamental para o progresso da economia rio-grandense, pois significava virtude que subordinava o indivíduo às necessidades de um conjunto, peça fundamental de engrenagem que precisava funcionar de modo harmônico. Este pleno funcionamento só seria possível, então, quando cada indivíduo realizasse livremente seu trabalho, sinônimo de papel social. Através da cooperação neste sentido, estaria preservada a conservação do

²². Apud Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*, São Paulo, Nacional, 1964, pp. 177.

²³. Id., *ibid.*, pp. 45-48.

²⁴. Rubem George Oliven, *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*, Petrópolis, Vozes, 1992, pp. 71-3, 100.

²⁵. Marília Morosini, *Imigrantes italianos 'que deram certo' em Porto Alegre e a esfera do trabalho*, Veritas, vol. 32, n.º.177, Porto Alegre, PUCRS, 1987, p. 36.

organismo social, haveria uma “conciliação entre o indivíduo e a sociedade, entre a ordem e o progresso”.²⁶

Ao assumir o governo, Borges de Medeiros precisaria *ordenar* uma sociedade em processo acelerado de transformação, administrando o velho e o novo. Precisaria harmonizar um passado que expunha tradições regionais, com um presente que se manifestava em sinais de *modernidade*. Precisaria *incorporar o proletariado à sociedade*, princípio que sempre norteou a ação dos líderes gaúchos sob a inspiração positivista.

Tal *modernidade* suscitava perplexidades, expressas em mal-estar ou euforia. O velho cronista Achylles Porto Alegre lamentou que cafés, cinemas e cabarés viessem “matar a doçura da vida provinciana”.²⁷ O jornalista carioca Coaracy registrou que Porto Alegre, em 1913, não mais apresentava aquele “quadro tosco” que o impressionara oito anos antes, mas oferecia “multiplicidade de casas de diversão, clubes novos, maior apuro nas confeitarias e restaurantes”.²⁸

Fica claro que as rápidas transformações e a complexificação do meio urbano despertavam preocupações. O governo planejava preparar o estado para o futuro, de modo que o progresso pudesse acontecer, tornando-se o grande fomentador do desenvolvimento econômico.

A cidade precisava ser “uma festa celebrada em homenagem aos dirigentes patriarcais de impecável retidão moral”, escreve Weimer.²⁹ Carvalho acrescenta que, sob a bandeira positivista, “a cidade desenvolveu-se de forma constante dentro da ordem e no caminho da civilização”, tendo sido necessário, portanto, “transformar os hábitos da população que a habitava”.³⁰

As rápidas transformações sociais apontavam para riscos. Os governantes sentiam perder o controle. Era preciso desenvolver um projeto para domesticação das classes populares, disciplinando trabalhadores em potencial. Afinal, a construção de uma ideologia positiva para o trabalho incluía a difusão de normas para os habitantes da cidade, com ênfase nos costumes morais. Assim era o modelo de ordem para o progresso.

²⁶. Ruy Coelho, *Indivíduo e sociedade na teoria de Augusto Comte*, São Paulo, FPCL, 1963, p. 118.

²⁷. Achylles Porto Alegre, *Noutros tempos*, Porto Alegre, Globo, 1922, pp. 45.

²⁸. Nivaldo Coaracy, *Encontros com a vida: memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962, pp. 144.

²⁹. Günter Weimer, *A arquitetura*, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p. 88.

³⁰. Haroldo Loguércio Carvalho, *A modernidade em Porto Alegre e a modernidade do Majestic Hotel*, Porto Alegre, PUCRS, dissertação de Mestrado, 1994, pp. 21-3.

Se não houvesse a reprodução do modelo esperado, a partir da estratégia de domesticação, esperava-se que a vigilância sistemática surtisse bons resultados. Aos que ainda resistissem, sempre havia a possibilidade de repressão. Em outras palavras, tentou-se, de qualquer modo e às pressas, forjar um homem novo, cujo perfil envolvesse racionalidade, austeridade, capacidade de produção, estabilidade familiar. Em primeiro lugar impunha-se a necessidade de esquadriñar para conhecer aquela multidão que habitava a cidade, para depois impor a ordem, aprimorando técnicas de controle sobre a população de baixa renda que se avolumava, desde muito tempo.

Seria temerário afirmar que os valores da classe no poder recebessem aprovação da maioria, pois fica evidente o fenômeno da resistência. Tratando da questão da hegemonia, Gramsci assinala que, para governar, a persuasão soma-se à força; as classes subalternas acabam aprendendo a ver a sociedade através do olhar dos governantes. Entende-se que o pensador italiano, mais do que descrever fenômenos, propõe explicações que dizem respeito a ações conscientes por parte dos detentores do poder, no que tange ao controle social.³¹

Este controle pode ser efetivado em decorrência do fortalecimento do consenso no campo normativo; mecanismos são acionados para restabelecer um equilíbrio social, quando o mesmo é ameaçado.³²

Mecanismos de controle

As considerações que faz Araújo Santos sobre mecanismos de poder são aqui pertinentes. O autor estabelece como *político* o mecanismo constituído pelos partidos, casas legislativas e executivo. O mecanismo *legal* compreende a Constituição, as leis ordinárias, ações e processos judiciais, julgamentos e eventuais aprisionamentos, sendo, portanto, mecanismo que envolve inúmeras organizações, como tribunais, promotorias, polícia civil, penitenciárias. O mecanismo *educacional* compreende organizações que vão desde a escola primária até institutos de pesquisa, passando por órgãos da imprensa. O autor denomina mecanismo *social* aquele que é mais amplo, difuso e indefinido, englobando associações, clubes, grupos de interesse, organizações de classe ou categoria, sendo mecanismo capaz de movimen-

³¹. T. J. Lears, "The concept of cultural hegemony: problems and possibilities", *American Historical Review*, n.º.90, 1985, pp. 567-593.

³². Peter Burke, *Storia e teoria sociale*, Bolonha, Il Mulino, 1995, pp. 103-4.

tar ondas de opinião pública. Araújo Santos aponta ainda para o *mercado*, como mecanismo que envolve todas as transações em bens e serviços que envolvem explicitamente dinheiro. Por fim, sublinha que tais mecanismos se interpenetram e se confundem, agindo, inclusive, por domesticação, coarctação ou coerção.³³

Instrumentos de controle vinham sendo aperfeiçoados. O mecanismo político era posto em ação. Em 1888, fora aprovado em Porto Alegre o *Regulamento sobre o Serviço de Criados*, com 11 artigos, a exemplo do que acontecera em Pelotas, no ano anterior. Bakos conclui que tais regulamentos, “... representam uma tentativa do Estado, através das Câmaras Municipais, de obrigar ao trabalho, não apenas o negro recém-liberto, porém os marginalizados sociais de todas as raças”. Fica, assim, proibida a *vadiagem*, e vadio será considerado o indivíduo que não tem “indústria, renda, profissão ou emprego habitual”. Será ele notificado pela autoridade policial e, se reincidente, será preso. A autora destaca que os regulamentos foram de difícil aplicação.³⁴ De outra parte, esclarece Rejane Monteiro que a organização policial sempre deixava a desejar.

A Guarda Municipal foi a primeira tentativa de estabelecer policiamento organizado e ostensivo. A Câmara nomeara, em 1844, os primeiros quatro guardas, mas só em 1892 a corporação foi criada oficialmente, com critérios de admissão bem estabelecidos. Monteiro afirma que a necessidade de administrar a capital e de exercer sobre ela melhor controle, fez com que, em 1896, o Ato nº 11 dividisse o município em distritos e comissariados, além de extinguir o inquérito policial. Já o Ato nº 20, do mesmo ano, organizou a Polícia Administrativa. Esta corporação deveria fiscalizar hipódromos, casas de diversões, assim como prestar socorro, quando necessário. O principal objetivo da nova polícia era “assegurar as garantias individuais, a ordem e a moralidade”. A intenção de controle sobre comportamentos fica bem evidenciada, pois os guardas poderiam “pôr em custódia, por tempo nunca excedente a 24 horas, os turbulentos que (...) ofendem a moral e os bons costumes, os bêbados por hábito e prostitutas que perturbem o sossego público”.³⁵

³³. Francisco de Araújo Santos, *Paradigmas de gestão*, mimeo, XII Enampad, 1993.

³⁴. Margareth Marchiori Bakos, “Regulamentos sobre o serviço de criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)”, *Revista Brasileira de História*, ANPUH, 1984, pp. 102-3.

³⁵. Rejane Penna Monteiro, *A nova polícia: a Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938)*, Porto Alegre, PUCRS, dissertação de Mestrado, 1991, pp. 12-13.

Atendendo ao postulado básico da incorporação do proletariado à sociedade, o Estado chamava a si a questão educacional, já nos primeiros tempos da república. Através de um sistema de ensino, pretendeu-se reforçar e difundir a ideologia positivista, valorizando as ciências exatas e adaptando o currículo ao pragmatismo. Neste programa, Moral e Civismo é matéria incluída, com conteúdos reforçadores aos pressupostos da disciplina e da ordem. Além de reformar o ensino elementar e secundário, Castilhos autorizou a criação da Faculdade de Direito e da Escola de Farmácia, primeiros estabelecimentos de ensino superior no estado. Apoiou a fundação da Escola de Engenharia, com 11 institutos que ficaram conhecidos pela promoção de talentos oriundos de camadas sociais inferiores, beneficiados pela ampliação do ensino público, fosse no âmbito primário, fosse no secundário profissional. Dill acrescenta que, em 1906, Borges de Medeiros dividiu o estado em 52 regiões escolares, subdivididas em seções, cujos professores eram nomeados pelo próprio presidente do estado que estabelecia, como critério de nomeação, um atestado de conduta moral e um atestado de fidelidade ao PRR.³⁶

A amplitude do mecanismo educacional atinge os estabelecimentos penais. Em 1896, na Casa de Correção criam-se oficinas. Paiva registra que a organização de prisões, até então, não despertara o interesse da administração pública. Entre 1891 e 1894, reorganizou-se o pessoal encarregado da cadeia, valorizando-lhe, inclusive, o salário. A autora destaca o relatório do chefe de polícia, em 1893, encaminhando mudanças no estabelecimento penal que, sintomaticamente em 1896, passa a ser designado como Casa de Correção. Assim, entrava em vigor o novo regulamento, adaptado ao Código Penal promulgado em 1890.³⁷

De outra parte, verifica-se que as campanhas pela imprensa são permanentes estratégias para combater *vícios*. Estampa a *Gazeta da Tarde*, em 1897:

Porto Alegre está precisando de um saneamento em regra. Não será este, porém, de ácido fênico ou outros tantos desinfetantes. Faz-se tão somente necessária a ação da polícia, sob um ponto de vista importante. É a bem da moralidade, da ordem e da tranqüilidade pública.³⁸

³⁶. Aidê Campello Dill, *Diretrizes educacionais do governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)*, Porto Alegre, PUCRS, dissertação de Mestrado, 1984.

³⁷. Helena Marisa Vianna Paiva, *A Casa de Correção em Porto Alegre (1889-1898)*, Porto Alegre, PUCRS, dissertação de Mestrado, 1993.

³⁸. *Gazeta da Tarde*, 30 de março de 1897, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Jornalista Hippólito José da Costa.

Sabe-se que modelos de autocontrole, inicialmente desenvolvidos pelas altas classes sociais, dirigidos à esfera das sociabilidades, são paulatinamente transmitidos para classes inferiores, sofrendo adaptações. Elias registra que a *civilité* foi sendo incorporada e perpetuada e que, a partir do século XIX, tratando-se da França, *condutas civilizadas* se disseminaram pelas classes mais baixas.³⁹

Era o que então já se esperava e a imprensa colaborava no sentido de atingir a meta. Não é apenas *A Federação*, órgão do PRR, que se especializa em campanhas contra a vadiagem, o jogo, a prostituição. *A Gazetinha* destaca-se pela virulência. Não estranha Cláudia Mauch que, diariamente, fossem noticiadas as desordens ocorridas em espeluncas. A autora transcreve trecho publicado em março de 1896: “... em lugares onde reúnem-se ébrios e vadios a ordem não pode permanecer inalterada...”. O jornal registra que tais pessoas “... não sabem ou não querem saber como lhes compete proceder no centro de uma cidade civilizada...” A autora conclui que “... a demanda por segurança, ordem pública e moralidade não partia unicamente do poder público, mas de diversos setores da sociedade”.⁴⁰

Circulando nas duas primeiras décadas do século, *O Independente* também é jornal que reivindica a presença do poder público na capital, a fim de que sejam coibidos o que considera abusos populares, capazes de comprometer a imagem da cidade. Afirma Vargas que “a ideologia dos intelectuais do *Independente* foi uma reflexão autoritária e moralista sobre a realidade...”.⁴¹

São pródigos os exemplos oferecidos pelo *Independente*, na campanha que movia contra os *vícios*, noticiando incidentes relativos à vida noturna da cidade. Em dezembro de 1916, estampa que ocorreu “... um sério conflito na rua João Alfredo, (...) nas proximidades de um prédio onde todas as noites funciona o ‘maxixe’, freqüentado por desordeiros e decaídas”. Registra Elmir que, tempos depois, o jornal apela às autoridades para que controlem o horário de funcionamento da casa, pois a mesma impede o

³⁹. Norbert Elias, *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*, vol. 2, Rio de Janeiro, Zahar, 1993, p. 254.

⁴⁰. Cláudia Mauch, “Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890”, in *Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade*, Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo, Ed. da Universidade/UFRGS/Ed. Ulbra/ Ed. Unisinos, 1994, pp. 12-22.

⁴¹. Anderson Zalewski Vargas, “Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século XIX”, in *Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade*, op. cit., p. 28.

repouso da vizinhança e atrapalha negócios imobiliários. Determinado prédio nas imediações, apesar de confortável, encontrava-se havia meses por alugar e não surgiam candidatos, “devido ao tal ‘maxixe’”. O mecanismo de mercado, portanto, está envolvido na questão. Mas Elmir destaca que a preocupação do jornal com estabelecimentos noturnos está restrita àquelas freqüentados por gente de condição inferior. Recomenda cautela da polícia, quanto a restrições de horário, “... para não atingir as casas que são freqüentadas por elementos qualificados”. Em fevereiro de 1917, o jornal passa a mover campanha contra o *Club Marly*, “... onde noturnamente se reúnem a mocidade, os maduros e a velhice, que em colóquios com as hetairas e mundanas se entregam aos prazeres da orgia...”. Mas a partir de agosto do mesmo ano, *O Independente* publica reclames do clube, “... talvez porque tivesse se dado conta que o mesmo era freqüentado por aqueles elementos qualificados...”, como ironiza o autor.⁴²

Novamente acode o velho Achylles, cujo ponto de vista esclarece. Condena o hábito de freqüência a cinemas, que se tornara rotina no início do século, substituindo os “... suaves saraus noturnos”. Não se insurge contra as *fitas*, que até considera *instrutivas*, mas lamenta a presença “de toda a gente, inclusive a arraia miúda”, pois os ingressos são vendidos a preços muito acessíveis. E mais indignado fica com a escuridão da platéia, da qual se aproveitam os “bolinas” para realizarem “seu trabalhinho audacioso, repulsivo e corruptor”.⁴³

Com relação aos primeiros anos do século XX, Coaracy parecia deplorar a inexistência de cabarés em Porto Alegre. Por volta da década de 1920, Achylles lamentaria a proliferação dos mesmos.

Mas poucas eram as cidades brasileiras que podiam contar com um estabelecimento do quilate do *Centro dos Caçadores*, que se tornava símbolo. Nunca mais haveria casa tão luxuosa, servindo de referência ao passado cosmopolita da cidade. O reclame é sugestivo:

Porto Alegre se transforma! a vida noturna lhe intensifica o comércio e dá-lhe um aspecto de grande metrópole. E quem tem concorrido mais para este rápido progresso do que o Centro dos Caçadores? Fez daquela cidade mo-

⁴². Cláudio Pereira Elmir, “Imagens da prostituição na Porto Alegre dos anos dez: o discurso de ‘O Independente’”. In *Porto Alegre na virada do século XX: cultura e sociedade*, op. cit., pp. 92-3.

⁴³. Achylles Porto Alegre, *Jardim de saudades*, Porto Alegre, Wiedmann, 1921, pp. 113-4.

nótona e dorminhoca de outrora, uma cidade moderna, onde a elegância, o luxo e o gosto pela música de *boulevard* imperam.⁴⁴

Portanto, não seriam estabelecimentos como este que suscitariam preocupações. O grande problema passou a ser quando casas mais modestas imitaram o *gran cabaret*, oferecendo bebidas menos nobres e mulheres menos talentosas. *A Máscara*, “revista dedicada à família rio-grandense”, faz *reclame*, edição por edição, de atrações como *La Princezita*, Lilly Feury, Pepita Montecarlo ou Nicolette, no Centro dos Caçadores. Por sua vez, o *Jornal do Commercio* noticia que, sempre no famigerado Beco do Fanha, Maria Joana e Maria Felipa armaram briga, “mimoseando-se com os epítetos os mais deprimentes”. E debocha, esclarecendo que “... as donairosas estrelas acompanharam os agentes de polícia”.⁴⁵

Não bastasse a ação da imprensa e uma nova polícia para impedir certas sociabilidades noturnas, medidas de maior alcance estavam sendo postas em prática, desde 1892. Regulamentaram-se impostos sobre divertimentos, visando coibir aqueles considerados populares, os *perigosos antros*, sistematicamente denunciados pelos jornais. Enquanto companhia lírica pagava 10 mil réis e sociedade particular 50 mil réis, uma casa bailante ou sala que se alugasse para bailes custaria 100 mil réis, um baile público, 25 mil e, sendo de máscaras ou fantasias, o imposto acabaria duplicado.⁴⁶

Manter a ordem pretendida foi tentativa empreendida com muita tenacidade. Convenientes e aperfeiçoadas estatísticas do período revelam a fundamental preocupação com a *desordem*, que se revela o delito com maior incidência, em sucessivos relatórios. No segundo semestre de 1904, por exemplo, há 5923 casos de detenção por *desordem*, num total de 1097 prisões efetuadas, nos diversos distritos policiais.

Apesar das campanhas moralizadoras, da regulamentação leonina de impostos e da crescente repressão policial, a atividade noturna só fez crescer na cidade. O divertimento expandiu-se pelos botequins, quiosques e bailes populares, paralelo às grandes *soirées* promovidas pelos clubes tradicionais ou paralelo aos banquetes do *Grand Hotel*.

⁴⁴. *A Máscara*, Porto Alegre, ano I, nº. 1, 6 de fevereiro de 1918.

⁴⁵. *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1900, Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Jornalista Hippolito José da Costa.

⁴⁶. Arquivo Histórico de Porto Alegre, Intendência Municipal, Seção de Polícia, Leis Municipais, 1892-1900, Art. 1^ª.

Qualquer porto-alegrense poderia apreciar o *vaudeville*, antes que o tango invadisse todos os ambientes, tornando obsoletas as valsas, as havaneiras ou as chimarritas, que se tentava ressuscitar em centros tradicionalistas.

Se muitos rio-grandenses incorporaram a figura do gaúcho da campanha, que serve como denominação geral, a memória do cosmopolitismo e de uma noite movimentada ainda não desapareceu. Mecanismos de controle revelaram-se insatisfatórios.

Insuficientes as malhas do poder, silenciaram os sinos da Catedral e o tempo noturno foi inteiramente conquistado.

(Recebido para publicação em setembro de 1997)